

MILITARIZAÇÃO INDÍGENA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVII: CAMARÃO, A HISTÓRIA DE UM TÍTULO

JULIANA ELIAS*

Resumo: Este trabalho trata da linhagem do índio Camarão, que adquiriu importância a partir da necessidade de proteção da Colônia, tendo em vista que a Coroa não pretendia arcar com os custos da manutenção de uma tropa estacionada em território colonial. Diante disso, a solução encontrada foi criar uma milícia local, liderada por Camarão, que, aos poucos, conquistou a confiança de Portugal, dando a sua tropa um destaque até então negado a um grupo social periférico. Nesse sentido, a relevância alcançada por Filipe Camarão e seus descendentes mostra uma outra face da história do Brasil, colocando esses povos com um poder de atuação que interferiu ativamente nos planos e projetos idealizados pela Coroa para a Colônia.

Palavras-chave: Povos indígenas. Administração. Camarão. Guerra. Liberdade.

Abstract: The present paper is a study about Camarão's family, which became important due to the fact that the Portuguese Crown did not wish to pay the expenses of maintaining troops in a Colonial territory. The solution was to found a local militia, led by Camarão, which became very important for Portugal, compared with other previous groups. Thus, the outstanding place reached by Filipe Camarão and his descendants

* Professora Doutora da UFPI.

show the other face of the Brazilian History, making these people so powerful that they interfered actively in the projects the Crown designed for the Colony.

Keywords: Indigenous people. Administration. Camarão. War. Freedom.

1 Camarão: identidade e incertezas

O período colonial nordestino teve sua história marcada por um personagem ímpar no processo de dominação administrado pela Coroa: Dom Antônio Filipe Camarão. Na historiografia, há controvérsias sobre sua origem. Nunca foi confirmado se ele teria nascido em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte. Apesar do esforço de muitos pesquisadores, a data e o local de seu nascimento continuam sem definição exata por falta de dados históricos definitivos. (LOPES, 1999).

De acordo com as investigações históricas, Camarão era um chefe nativo dos índios potiguaras, chamado Potiguaçu (MELLO, 1954, p. 10), que no seu batismo cristão recebeu o nome de Antônio Filipe Camarão. O Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de Antônio Soares, registra que dom Antônio Filipe Camarão teria nascido, provavelmente, em 1580, e recebido esse nome ao tornar-se cristão, em batismo realizado a 13 de junho de 1612.¹ A composição de seu nome teria sido, primeiro, homenagem a Santo Antônio; segundo, a Filipe IV, rei da Espanha; e o termo Camarão era a tradução portuguesa do nome Poti. Camarão casou-se no mesmo dia do seu batismo, na capela de São Miguel de Guajerú, com uma índia que recebeu o nome cristão de Clara e que o acompanhou em diversas batalhas.² Segundo os pesquisadores, ele faleceu em 24 de agosto de 1648, com cerca de 68 anos, sendo sepultado na Várzea, em Pernambuco (COSTA, 1907).

Conforme estudos realizados, teria existido um outro chefe nativo com o mesmo nome e da mesma tribo de Filipe Camarão, que possivelmente seria seu pai. A existência de dois chefes potiguaras com o mesmo nome foi comprovada em um trecho de uma carta escrita pelo próprio Camarão, publicada no recente livro *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, do pesquisador Olavo Medeiros Filho (1997). No documento, Camarão afirma que seu pai foi o autor das pazes com os portugueses, após um período de desavenças entre sua tribo e os

colonizadores. Com base nas informações deste documento, alguns pesquisadores admitem que o pai seria norte-rio-grandense e o filho teria nascido em terras pernambucanas (LOPES, 1999, p. 56).

Outro grupo de pesquisadores combate esta idéia, tomando por base processos e cartas existentes na Torre do Tombo. Um desses documentos seria uma carta de doação de sesmaria, datada de 28 de fevereiro de 1706, na qual é identificada a localização da aldeia Meretipe ou Meretibe, onde vivera dom Antônio Filipe Camarão e de onde vieram todos os índios que lhe eram submetidos, assim como suas mulheres e filhos. A aldeia, situada às margens da ribeira de Panema, pertencia à capitania do Rio Grande e teria sido descoberta em 1641, por Gedeão Morris. Alguns destes documentos fazem referência a uma carta que João Fernandes Vieira escreveu a Camarão em 1645, quando estava acampado em Sergipe com seus índios, “pedindo-lhe que não faltasse com a sua ajuda na campanha da restauração” (MELLO, 1954). Foi encontrado também um depoimento de Camarão no processo do padre Manuel de Moraes, na Inquisição de Lisboa, descoberto em pesquisas sobre esse jesuíta paulista. Neste depoimento – que foi publicado em 1907, no *Diário de Pernambuco* –, o capitão-mor dos índios declarou ter 46 anos de idade, depois de jurar verdade aos Santos Evangelhos. Disse ter conhecido o padre Manuel de Moraes quando este ensinava a doutrina em Meretibi, chegando a participar das guerras com os índios da aldeia de São Miguel. (COSTA, p. 155).

Tanto o batavo Laet quanto o padre Moraes fizeram menção à existência de aldeias que poderiam ser o local onde vivia Camarão. No relato do primeiro constavam aldeias indígenas do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá, que possuíam um líder indígena potiguar (LAET, 1916-1925). O padre Moraes, por sua vez, fez uma referência à aldeia de São Miguel, situada nas proximidades de Olinda: “A sete milhas da cidade de Olinda tem dois capitães um da tribo dos Petiguares, chamado Antonio Felipe Camarão, guerreiro indomável, e outro da tribo dos Tabajares chamado Stephano, em tupi Tebu.” (Apud COELHO, 1944). Na aldeia de São Miguel, havia uma casa (colégio) e uma capela, distante meia hora do Monte Miritibi, local muito mencionado por Camarão para dar referência de onde estava situado.

Em face de a documentação encontrada apresentar lacunas e controvérsias, não se pode afirmar o local exato das aldeias e em qual delas nasceu Filipe Camarão. Pelas mesmas razões, a determinação da data de nascimento deste líder é pura dedução. Capistrano de Abreu (1982), que duvidava da exatidão da idade declarada por um indígena – ao afirmar Camarão ter 46 anos de idade em maio de 1647 –, não indica com precisão o seu nascimento, apenas admite que ele teria nascido no final do governo de dom Francisco de Sousa (1591-1602) ou no início do governo de Diogo Botelho (1602-1608).

Com relação à idéia sobre a origem pernambucana de Camarão, esta foi defendida pelo escritor Mário Melo (1940), com base em documentos históricos que registram a existência de uma aldeia em Pernambuco com o nome e a grafia semelhantes aos da aldeia potiguar. Assim, foi por meio da proximidade dos nomes que o referido autor chegou à conclusão de que Filipe Camarão nascera na capitania de Pernambuco. Já os historiadores que recorreram às fontes da Torre do Tombo afirmam que a existência, nesta capitania, de uma aldeia de nome semelhante ao da aldeia de Meratibi do Rio Grande do Norte não comprova que Camarão tenha nascido em terras pernambucanas. Além disso, vale salientar que no documento trabalhado por Mário Melo está a palavra “residia” e não “nasceu”. Logo, com base nas pesquisas realizadas na Torre do Tombo, pode-se deduzir que dom Antônio Filipe Camarão residiu em Pernambuco, certamente, em idade adulta, tendo em vista que exerceu liderança sobre seus índios. É possível que tenha deixado o Rio Grande para lutar contra os invasores holandeses em território pernambucano.

Por outro lado, em razão de trabalho realizado na década de 1930, Luís da Câmara Cascudo (1983) pôde constatar que no Rio Grande do Norte havia uma tradição popular sobre Filipe Camarão, principalmente entre pessoas iletradas de regiões interioranas. Câmara Cascudo aponta dois argumentos: primeiro, o fato dos entrevistados desconhecerem a idéia da origem pernambucana de Camarão; segundo, o entendimento metodológico de que a tradição popular é uma referência historicamente decisiva. Vale enfatizar que essa tradição oral, identificada através do método da história oral, foi localizada apenas no Rio Grande do Norte, onde Camarão é considerado conterrâneo.

Contudo, outros historiadores argumentam que, em algumas cartas, Henrique Dias e dom Diogo de Meneses se referem a uma capitania de um só governo geral, integrante da Província Militar de Pernambuco (COSTA, p. 198). A mesma referência pode ser encontrada em documento datado de 30 de maio de 1642, no qual a Coroa portuguesa, após a realização de um conselho, confirma o posto de líder do terço a dom Diogo Camarão: “Ao conselho pareceu que considerando Vossa Alteza ao que Dom Diogo Pinheiro Camarão representa seja Vossa Alteza mandar declarar que ele tenha o governo de todos os índios e suas aldeias que houver desde o Rio de São Francisco athe o Seara.”³

Sob este aspecto, o espaço pernambucano não significava apenas a capitania de Pernambuco, mas compreendia uma área bem mais ampla, que incluía o território do Rio Grande. Desta forma, quando Filipe Camarão afirmava lutar pela pátria pernambucana, estaria também se referindo à pequena província do Rio Grande, uma vez que foi antecessor de dom Diogo, herdeiro da nomeação de governador e capitão-mor dos índios, conforme o documento seguinte:

*Dom Diogo Camarão que pede satisfação de seus serviços foi Vossa Alteza servido mandar responder em 10 do prezente mez de Maio que lhe daria mercê de o confirmar no posto que ocupa de capitão-mor e governador dos índios das capitanias de Pernambuco assy como o fora seu último antecessor.*⁴

Como indica a fonte supramencionada, o sucessor de dom Filipe, dom Diogo, recebeu das autoridades portuguesas título válido em uma grande faixa territorial, que compreendia quase todas as áreas ribeirinhas e litorâneas nordestinas. Segundo o mesmo documento:

*[...] declara que o posto que Vossa Alteza lhe confirma de capitão mor governador dos índios das capitanias de Pernambuco há desde o Rio de São Francisco até a capitania do Seará em que se emcluem as capitanias de Itamaracá Parahiba Rio Grande que são as em que há índios para sugeitar a obediencia de Vossa Alteza e que nas aldeias que houve destes índios como nas que agora se não ponhão capitães por ter quizer para os governar por se engrade detrimento dos ditos índios.*⁵

O governador-mor dos índios, dom Diogo Camarão, assim como seu antecessor, dom Antônio Filipe Camarão, exerceu domínio sobre as tribos indígenas que, à época, habitavam esta região. Tinha, inclusive, o poder de convocá-las para servir nas batalhas. Pode-se afirmar, portanto, que em 1639 Henrique Dias, juntamente com o governador dos índios, pretendia expulsar os holandeses não apenas de uma capitania, mas de todo o Nordeste. No mesmo documento, são encontradas duas referências a etnias indígenas sob a administração do sucessor de Filipe Camarão:

[...] que nação Tauajara e Petiguara que os supplicantes governa o tem servido lhe avia por muito mi convem he de estas duas nações e as mais que na fidelidade e merecimento ser guardarem aqueles para que tratando de sua conservação bem feito e augmentado tenha Vossa Alteza lugar de lhe fazer mercê insisto qual, ao que seu zello e cuidado obrar neste partícula.⁶

A fonte citada oficializa a liderança de dom Diogo e concede-lhe os pedidos feitos. Contudo, é interessante observar que este trecho revela o modo como a Coroa alega a concessão por causa da “fidelidade” e da obediência dos índios às ordens dos colonizadores.

Em síntese, pode-se dizer que, historicamente, está comprovada a existência de dois chefes potiguaros, pai e filho, com nomes idênticos. Convém destacar que o filho foi quem partiu do Rio Grande para lutar em Pernambuco contra os holandeses, porém não se comprovou ainda se ambos realmente nasceram na província do Rio Grande.

Todavia, deve-se deixar claro que esta dúvida ou lacuna historiográfica remete a outra questão: à idéia de pátria entre os habitantes da Colônia, inclusive entre os índios. Na discussão, por exemplo, acerca da “pátria” de Filipe Camarão, Lima e Calógeras (1980) afirmam que, no século XVII, os homens não tinham ainda um sentimento e uma consciência de pátria, principalmente os silvícolas. Assim, o que se poderia identificar entre os índios, no período colonial, era um sentimento de solidariedade em relação a seus semelhantes, tendo em vista que eles não possuíam ainda a noção de naturalidade territorial. Filipe Camarão foi, sem dúvida, um dos líderes das forças pernambucanas na luta contra a invasão holandesa. Lutou ao lado de Vidal Negreiros e Henrique Dias,

no ano de 1645, ainda no reinado de dom João IV. Neste sentido, discute-se ou omite-se sua naturalidade, mas não se põe em dúvida sua participação como chefe indígena. O fato é que a naturalidade de Filipe Camarão, até a presente data, é objeto de estudo dos autores aqui nomeados, sem que se tenha chegado a uma conclusão satisfatória para o resgate da história e cultura de toda uma gente.

O rei Filipe IV deu a Camarão o título de “Dom”. Ele também recebeu o título de “Capitão-mor e Governador de todos os índios do Brasil”, as comendas “Cavaleiro da Ordem de Cristo” e dos “Moinhos de Saure e o Brasão das Armas”.⁷ As honrarias concedidas a Camarão significaram o reconhecimento de seus méritos junto à Coroa, além de ter um efeito devastador sobre a elite colonial local, que se viu impossibilitada de oferecer qualquer resistência a um índio que alcançara títulos desejados por todos. Tal situação representou, em última instância, não apenas uma promoção militar, mas sobretudo um degrau a mais no status social na Colônia junto aos demais pertencentes à elite. Este aspecto relativo ao personagem em foco torna-se mais interessante quando se constata que o nome Camarão tornou-se um título. Este foi concedido, pela nobreza real que administrava a Colônia, a seus sucessores: “a todos governadores e capitães-mores dos índios que habitavam a região do Rio São Francisco que tenham o seu último nome Camarão”.⁸ Sabe-se que o primeiro sucessor de dom Antônio Filipe Camarão, dom Diogo Pinheiro Camarão, era filho de seu primo Francisco Pinheiro Camarão. O filho dom Diogo, dom Sebastião Pinheiro Camarão, sucedeu a seu pai.⁹

Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, Camarão ter-se-ia destacado nas batalhas ocorridas em Pernambuco, na guerra contra os holandeses, fato que justificou as honrarias e títulos da Coroa portuguesa. A partir daí, passou a ter visibilidade nas questões militares na Colônia.

2 História de um título: o conflito com os holandeses e a visibilidade do primeiro Camarão

Em 1639, aportou na Bahia o conde da Torre e sua esquadra, iniciando um novo período para as atividades militares na Colônia. Estava incumbido de promover a restauração do território de Pernambuco. Para

dar cabo à expulsão batava, o Conde contava com grupos de campanhistas que intermediariam a ação militar.

Nesse momento, entrou em cena D. Antônio Filipe Camarão e, com ele, o capitão João Lopes Barbalho juntamente com o comissário Francisco Rebelo, todos mobilizados para avançar por terra. Porém, o conde da Torre limitou suas instruções sobre o plano de ataque somente a Camarão, evidenciando assim a importância desse líder nativo. Segundo o conde da Torre, Camarão deveria “atravessar o rio São Francisco com Barbalho, só com a gente da guerra, deixando o mulhério, velhos e doentes em Sergipe”.¹⁰ Após a partida, Camarão iria para outra aldeia e, ao longo do caminho, deveria prover o abastecimento de sua tropa. Todavia, no documento, não há menção sobre qual aldeia Camarão teria como ponto de apoio, pois, segundo o rei, “como bom vassalo que he não há de deixar nada faltar para os que lhe acompanham”.¹¹ Segundo o padre Manuel Gonçalves Amorim (1923), Camarão possuía, ao longo do território colonial, aldeias que lhe davam apoio, seu poder ia “da aldeia dos Rodela aos Mopebu no Maranhão”. Diante de tal afirmação, compreendemos a dimensão da atuação desse terço, que assegurava à Coroa um braço militar atuante em regiões que estavam fora do alcance de outros grupos militares. Em contrapartida, era evidente para Portugal a necessidade da boa relação com Camarão, pois o trânsito que ele possuía no interior da Colônia poderia tornar-se perigoso, caso tomasse por aliado outro povo que não fosse o português, confirmando o que Foucault (1979) chamou de “esquema cíclico de dominação-repressão”.

Camarão, muitas vezes, utilizou estratégias de ataque que eram conhecidas pelos portugueses. A mais freqüente era a queima de engenhos para assustar os moradores e impossibilitar a utilização desses locais por pelo menos um ano. Segundo o capitão Barbalho, acompanhante de Camarão nas entradas no sertão do Grogau, “Dom Antonio Phillipe não deixou pedra sobra pedra, e todos os mais canaviais daquele distrito, queimando cinco ou seis”.¹² O capitão Barbalho segue impressionado com as ações de Camarão contra os holandeses. Ao entrar por São Lourenço, para chegar à Várzea do Capibaribe, ele fez “queimar quantos engenhos estivessem ocupados os framengos, e todos os cannaviaes abrasar sem perdoar a nenhum”, e quanto aos flamengos que eles

encontraram, “não deram nenhum quartel, sem perder em ocasião nenhuma”.¹³

Ainda segundo o relato do capitão Barbalho, em relação aos “moradores naturais da terra não fez nenhum vexame ou agravo, mas amparou-os [...] procurando recolher os soldados que por ali andassem molestando”.¹⁴

Para Barléus, “este foi um dos momentos mais difíceis da conquista holandesa do Brasil”, devido à ameaça por mar, liderada pelo conde da Torre, e à impiedosa ação de Camarão por terra, ocasionando mortes e incêndios na zona canavieira. Nassau, após ser comunicado dos ataques violentos de Camarão aos flamengos e de não ter dado quartel a estes, quer fossem civis ou militares, enviou o coronel Hans van Koin para perseguir o líder nativo, porém, este último estrategicamente retirou-se sem oferecer combate. (BARLÉUS, 1974).

Após a derrota da armada do conde da Torre e o fracasso no território pernambucano das tropas de Luís Barbalho, André Vidal de Negreiros e Henrique Dias, Camarão recebeu instruções para dirigir-se a Alagoas, dado o temor de que os holandeses aproveitassem a derrota dos portugueses e seus aliados para tentar um novo ataque à Bahia. Até então, Camarão não havia oferecido resistência às instruções de ataque que lhe eram designadas, porém, a derrota de seus aliados contagiou negativamente o líder nativo, e, de acordo com a correspondência do capitão Barbalho ao conde da Torre, “não foi fácil conseguir que Camarão continuasse na guerra”; segundo Barbalho, “Camarão estava no propósito de permanecer no sertão, abandonando a luta”.¹⁵ Tamanha era a apreensão do capitão Barbalho a respeito da decisão de Camarão de não voltar ao campo de batalha, que ele diz ao conde: “somente Deus pode conservar para que ele me acompanhe”.¹⁶

A delicada situação amedrontava não apenas o capitão Barbalho, mas todos os aliados dos portugueses, que temiam uma mudança de posição por parte de Camarão, pois Nassau, ao perceber que o líder nativo ficara abalado com a simultânea derrota por mar e por terra, sofrida pelos portugueses, aproveitou a ocasião para propor a Camarão a devolução de suas terras, no interior, que estavam ocupadas pelos holandeses. Desse modo, o príncipe batavo retirava momentaneamente do cenário da guerra esse importante líder militar, ao tempo em que sua atitude criava uma

relação amistosa, deixando uma brecha para uma possível aliança. (BARLÉUS, 1974, p. 234).

Nassau tentou uma reaproximação com Camarão devido a um incidente ocorrido em 1638, quando Bagnuolo, um militar italiano que lutava ao lado dos portugueses, teve um desentendimento com o líder nativo; este último, sabendo de sua importância para as entradas portuguesas no sertão contra os holandeses, ameaçou negociar com os batavos a saída da guerra, se suas terras não fossem devolvidas. Nassau chegou a receber emissários de Camarão, segundo nos conta Barléus:

[...] três brasileiros enviados ao Recife pelo Camarão para propor-nos paz e aliança, pois desejava regressar com os seus para a sua antiga residência. Por eles Sua Excelencia [Nassau] escreveu a Camarão, procurando atrai-lo do inimigo, fazendo boas promessas a ele e aos emissários, aos quais presenteou com algumas camisas. (1974, p. 248).

Essa tentativa não tardou a fracassar, pois Bagnuolo, percebendo o risco que corria, após receber ordens de Portugal, tratou de desfazer o mal-entendido com Camarão.¹⁷ O líder nativo sempre soube de seu poder de negociação dos dois lados, tanto junto a holandeses, quanto a portugueses. Isto porque, além de sua experiência militar e de seu conhecimento nas terras do sertão, ele possuía um forte aliado, próximo às margens do São Francisco e do Pajeú, o líder nativo Rodela.¹⁸ A relação de Camarão com esse último era tamanha que ele fornecia a Camarão, quando necessário, contingente para engrossar as fileiras de seu exército, consistindo em um aliado importante numa das regiões mais cobiçadas do mundo colonial. Conforme Frei Manuel Calado (p. 145): “Sabe-se que em 1645 duzentos e tantos tapuyas nos tinham chegado do Rio de São Francisco, mandados por um principal chamado Rodela a pedido do Camarão para nos ajudarem nesta guerra.”

Ainda que Camarão tenha sido iniciado no mundo português, não podemos deixar de lembrar que, muitas vezes, quando conveniente, se comportava como um nativo que não passara pelo processo de aculturação, ao agir de modo impulsivo, sem priorizar o interesse da Coroa. Nesses momentos, segundo o capitão Barbalho, Camarão parecia

“esquecer que era um fiel vassalo do Rei”.¹⁹ Esse comportamento dúbio deixava o europeu inseguro. Um exemplo desse comportamento pode ser verificado quando Camarão, ao ter um atrito com Bagnuolo, titubeou em continuar ao lado dos portugueses, negociando com Nassau pela posse de sua terra.

A reclamação portuguesa sobre a falta de fidelidade dos nativos era algo miúdo, pois, do ponto de vista dos indígenas, estes já se mantinham tão divididos entre si, que somente um caso como o de Camarão tinha repercussão, ou ainda como os Janduí, que, ao se aliarem aos holandeses, representavam perigo eminente para a Coroa. Mais uma vez, a importância de Camarão era evidenciada, haja vista que a ausência de hegemonia indígena criava uma rivalidade própria entre eles, motivada pelo sentimento de identidade étnica. No caso de Camarão, à medida que ele se foi incorporando ao mundo colonial, foi também perdendo suas características étnicas específicas e se submetendo à sua condição de classe, como participante da elite militar colonial.

Essas condições, ainda que parecessem confusas para os portugueses, eram mais que suficientes para que eles pudessem aproveitar-se para jogar os índios uns contra os outros. Por sua vez, nativos como Camarão igualmente percebiam as novas distinções em relação a pontos mais próximos ou mais distantes de seus senhores, fato que levava não somente à competição social como também a criar ou aprofundar rivalidades entre eles, dificultando a forma de solidariedade política e beneficiando o surgimento de figuras ímpares que se tornavam líderes.

Em 1645, Camarão partiu para Pernambuco, sob a alegação da captura de Henrique Dias. Tal perseguição nada mais foi do que uma simulação para justificar para os holandeses a entrada de dois veteranos campanhistas em território ocupado. Na verdade, eles estavam indo incorporar-se aos luso-brasileiros de Pernambuco que tinham aclamado a liberdade. Sob este aspecto, tanto Camarão quanto Henrique Dias agiram neste episódio segundo determinação do governador-geral do Brasil, Antônio Teles da Silva.²⁰ O envio da certidão que designava a vinda de D. Antonio Phillipe Camarão de Sergipe para juntar-se aos portugueses no Recife teve o aval de João Fernandes Vieira.

Este fato evidencia o elevado conceito desse líder durante todo o conflito com os holandeses, pois somente os mais importantes partícipes

desta guerra receberam essa certidão. Conforme já foi dito, o recebimento deste documento caracterizava-se motivo de distinção, porque ele confirmava os serviços realizados durante o conflito e reafirmava o posto recebido durante o início do conflito. Vejamos a certidão: “Ao Capitão de hua Companhia de Índios do terço do Capitão-mor D. Antonio Phelippe Camarão, com quem veyo a esta presente guerra, por ordem do Governador e Capitão General Antonio Telles da Silva.”²¹

Somente em agosto, depois da vitória na Batalha das Tabocas é que Camarão se juntou aos luso-brasileiros em Pernambuco. Após sua chegada de Sergipe, Camarão rumou para a batalha de Casa Forte, e coube a uma parte de sua tropa impedir a fuga dos holandeses que tentavam rumar para o Recife. Este episódio reforçou, mais uma vez, a atuação de Camarão, visto que foram rendidos com os holandeses cerca de 200 índios, sendo todos degolados. Segundo Frei Manuel Calado do (p. 134), o líder destes nativos era um parente de Camarão, e “quis este próprio degolá-lo, o que fez por sua mão, para exemplo dos mais que serviam aos holandeses”. A atitude de Camarão, ao punir severamente os indígenas aliados dos holandeses, enfatizou sua força como liderança militar, dando ênfase à necessidade de ser temido e, por desdobramento, respeitado. Convém assinalar que esses acontecimentos corriam o mundo colonial, fazendo com que o terço de Camarão tivesse cada vez mais visibilidade. Como diria Maquiavel (1990), “antes ser temido a ser amado”.

Camarão rumou para o Rio Grande com uma tropa de duzentos e tantos Tapuias, que haviam chegado do São Francisco enviados por Rodela, e ainda com duas companhias de soldados moradores da terra; e “todos iam à sua obediência, por ele ser homem além de mui animoso, mui experimentado, e ardiloso na milícia”.²² Camarão entrou no Rio Grande queimando as aldeias dos indígenas que encontrou, reuniu o gado que havia nas referidas aldeias e enviou para Pernambuco. Os holandeses, ao serem avisados da fúria dos ataques de Camarão, enviaram reforços para combater o líder nativo. O confronto foi desastroso para os flamengos. De acordo com Frei Manuel Calado do (p. 178), após duas horas de combate, os holandeses se retiraram, deixando para trás muitos feridos; e Camarão não os perseguiu por falta de munição, dirigindo-se à Paraíba, para encontrar-se com André Vidal de Negreiros.

Camarão e André Vidal foram surpreendidos por um ataque holandês que resultou em grandes perdas para os aliados dos portugueses. Diante da violenta baixa no seu contingente, Camarão retornou ao Rio Grande a fim de reunir o gado que encontrasse na região para enviar ao arraial de Pernambuco. Essa era uma estratégia comum para prover a subsistência da tropa. Vale destacar que são inúmeros os documentos que registram a existência de grandes currais, localizados principalmente na região de Sergipe, de posse de Camarão, que guardava o gado para manutenção da sua milícia (BARLÉUS, 1974, p. 83; FREIRE, 1891; CALADO, p. 256).²³ Esses currais eram ganhos de guerra, o maior deles, situado na vila de São Cristóvão, pertencia aos holandeses e depois Camarão o tomou para si. O início da perseguição de Fernandes Vieira aos Janduis estava relacionado à posse de cavalos que os holandeses deixaram para esses nativos. Era bastante desejada a criação de um exército com uma tropa de cavalaria; porém, na realidade da Colônia, era incomum haver tal tropa, devido a seu custo. No século XVII, somente Brito Freyre conseguiu tal feito, contudo, não foi por muito tempo. Nesse contexto, pode-se imaginar o que significava somente os índios Janduis possuírem tal tropa.²⁴

Após a chegada de um reforço para as tropas holandesas sob o comando de von Schkoppe, os luso-brasileiros decidiram destruir as capitanias de Itamaracá e da Paraíba, com o intuito de impossibilitar a utilização desses locais pelos holandeses. Essa retirada foi um dos episódios mais dolorosos da guerra, pois nele tomaram parte centenas de moradores que abandonavam engenhos, casas e haveres. Os religiosos também deixaram seus conventos. Tal tarefa foi executada por Camarão, que tinha como incumbência proteger a retaguarda do inimigo para que os retirantes pudessem ter sua passagem para Sergipe e para a Bahia livre. Segundo os registros da guerra, tal ação foi realizada

com muita dor e sentimento, porém o temor que tinham dos holandeses e índios, e o verem-se em liberdade, os fazia esquecerem-se dos bens e cômodos que deixavam; e assim todos se puseram a caminho com suas famílias, uns a cavalo, outros a pé e outros em carro, protegidos por Antonio Felipe Camarão.²⁵

Novamente podemos perceber a importância das tarefas militares destinadas a Camarão. Ele recebeu o título de dom, tendo sido condecorado pelo espanhol D. Luiz de Rojas.²⁶ Uma das tarefas mais difíceis de serem executadas em tempos de guerra é a retirada de um grupo de seu local de origem, porque há uma dificuldade por parte das vítimas de aceitar sua remoção e, nessas situações, somente um militar experiente poderia oferecer segurança para que a população deixasse seus bens para trás, confiando sua total proteção a um oficial da guerra. Entretanto, essa ação era realizada com frequência por Camarão, e posteriormente por seu sucessor dom Diogo, que costumava deslocar índios de uma aldeia para outra.²⁷

Em 1647, Camarão permanecia em Pernambuco e, em julho, recebeu uma patente da *Frenteira de Nossa Senhora da Vitória*, a primeira batalha dos Guararapes e última luta em que o capitão-mor tomou parte contra os holandeses. Em data incerta, mas provavelmente na primeira quinzena de maio de 1648, dom Antônio Felipe Camarão “faleceu de doença em sua estância fronteira”. Em carta, Filipe Bandeira de Melo, tenente do mestre-de-campo general Francisco Barreto de Menezes, escreveu: “*O Capitão-mor Camarão morreu um dia destes, e foi grande perda. Fizemos-lhe as honras com tudo o que a capacidade desta campanha deu lugar*”.²⁸ Em tempos de guerra, aos mais ilustres cabiam as honras no ritual funerário, e com Camarão não foi diferente. De acordo com Frei Rafael de Jesus, “Camarão foi enterrado com muita honra e pompa funeral na igreja do Arraial”.²⁹

Vale lembrar que dom Antônio Felipe Camarão foi casado com D. Clara, segundo informação de Frei Manuel Calado, único autor que faz alguma referência a este fato. Quanto à sua descendência, consta que o governador de Pernambuco Francisco de Brito Freyre a “recolheu a sua casa, para doutrinar, e ter com o tratamento que se deve ao muito que o seu Pai soube merecer em serviço da Coroa de Portugal”. (CALADO, p. 347-348). Seus sucessores militares foram seu primo, D. Diogo Pinheiro Camarão, que deu continuidade às empreitadas contra os inimigos holandeses, e, posteriormente, D. Sebastião Pinheiro Camarão, que foi responsável pela extinção dos Palmares juntamente com Domingos Jorge Velho.³⁰

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial 1500-1800*. Brasília: UnB, 1982.
- AMORIM, Pe. Manuel Gonçalves Soares de. *Theses históricas: O que se deve entender por Capitania do Ceará Grande. Juízo crítico sobre a naturalidade de D. Antonio Philippe Camarão*. Recife: Coleção Pernambucana, 1923.
- BARLÊUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil por João Maurício Conde de Nassau 1646-1654*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A naturalidade do Camarão*. Recife: Imprensa Oficial, 1980.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Edusp, 1983.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Imprensa Oficial, 1944.
- COSTA, F. A. Pereira da. *A naturalidade de dom Antônio Felipe Camarão*. Recife: Diário de Pernambuco, 1907.
- _____. *Anais Pernambucanos*. Recife: Imprensa Oficial, 1952.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, Felisberto. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891.
- LAET, Joannes de. *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentais desde o seu começo até o fim do anno de 1636*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-1925.
- LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
- MELO, Mário. *Faustos pernambucanos*. Recife: Imprensa Oficial, 1940.
- MELLO, J. A. G. D. *Antonio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

Notas

¹ Laboratório de Pesquisa e Ensino de História UFPE (LAPEH) - AHU. papéis avulsos. caixa 3. 24 de julho de 1650.

² Ibidem.

³ LAPEH – AHU, Cód. 257, fl. 132 v. Ordem Régia que trata da jurisdição do cargo dado a d. Diogo de Pinheiro Camarão. Lisboa, 15 de junho de 1703.

⁴ Documentos sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico Geographico Pernambucano*, Recife, n. 34, 1937.

⁵ Ibid., p. 83.

⁶ Documentos Sobre Vários Assuntos. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico Geographico Pernambucano*, Recife, n. 34, 1887.

⁷ LAPEH – T.T. Livro 36, fls. 10/10v. Chancelaria da ordem de Cristo, carta da comenda dos Moinhos de Soure, Lisboa 3 de março de 1641.

⁸ LAPEH – AHU, Cód 1555, fls. 145. Carta de comenda do título de Dom Camarão. Lisboa, 9 de julho de 1659.

⁹ LAPEH – AHU, Cód. 84, fls. 439/440. Lisboa 29 de abril de 1672. Correspondência real que reconhecia toda a linhagem sucessória do primeiro Camarão.

¹⁰ DOCUMENTOS sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geographico Pernambucano*, Recife, 1937.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid., p. 36.

¹³ Ibid., p. 37.

¹⁴ Ibid., p. 38.

¹⁵ LAPEH – AHU, Papéis Avulsos. Carta do Capitão Barbalho ao Conde da Torre. Arraial do Bom Jesus, 26 de março de 1640.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Nassau foi avisado de que “correm notícias de que ele se reconciliou com o inimigo” (BARLÉUS, 1974, p. 349).

¹⁸ IAHGP – Or Livro 2a., fl. 14. Correspondência que trata das instruções sobre a guerra contra os flamengos. Lisboa, 27 de fevereiro de 1638.

¹⁹ Ibid.

²⁰ LAPEH – AHU. Papéis Avulsos. Caixa 6. Certidão datada do Arraial do Bom Jesus, anexa a um requerimento de Antônio Pessoa. 23 de julho de 1642.

²¹ LAPEH – AHU. Papéis Avulsos. Caixa 6. Certidão real ao Governador Geral do Brasil. Lisboa, 23 de julho de 1642.

²² IAHGP – Or Livro 3a., fl. 22. Correspondência do Capitão Barbalho sobre as notícias da guerra. Arraial do Bom Jesus, 3 de outubro de 1645.

²³ IAHGP – Livro 3o. Or. Fls. 133/133v.

²⁴ IAHGP – Or Livro 3o, fl. 2. Pedido para a compra de cavalos para formação de uma tropa de cavalaria. Lisboa, 25 de fevereiro de 1665.

²⁵ LAPEH – AHU, Papéis Avulsos, Caixa 3. Campanha de Pernambuco. 24 de julho de 1650.

²⁶ Ibid.

²⁷ LAPEH – AHU, Cód. 257, fl. 167. Lisboa, 22 de novembro de 1670.

²⁸ LAPEH – AHU. Papéis Avulsos. Caixa 1. Campanha de Pernambuco. Arraial do Bom Jesus, 29 de abril de 1648.

²⁹ LAPEH – AHU. Papéis Avulsos. Caixa 1 . Arraial do Bom Jesus, 29 de abril de 1648.

³⁰ LAPEH – AHU, Cód. 84, fls. 439/440. Lisboa, 29 de abril de 1672.